

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO GERENCIAMENTO E NÃO COMO ENGESSAMENTO

**Sebastião Renato Valverde<sup>1</sup>**

Um País continental, rico em recursos naturais e com uma população carente e exausta de esperar pelo “Brasil do Futuro”, que desde o fim da década de 70 e metade da atual, sofreu uma recessão amarga e injusta, não pode, por meros caprichos burocráticos ambientais, se dar ao luxo de postergar o tão almejado e próximo desenvolvimento.

Indiscutivelmente, este desenvolvimento se faz na dependência de energia acessível em custo e quantidade. A necessidade de geração de emprego e renda para garantir o bem-estar social deste merecido povo brasileiro perpassa pelas atividades econômicas intensivas em energia, produtoras de semi-elaborados tendo potencial para abastecer o mundo, dada a sua forte vantagem competitiva.

Praticamente, ao longo dos trinta anos de recessão, o Brasil não investiu em infra-estrutura pesada, principalmente energética. Isto resultou num cenário onde a demanda, mesmo com a timidez do crescimento da época, esbarrou-se com a oferta. Depois disso, com o efêmero crescimento econômico experimentado no início desta década, já foi possível sentir um colapso energético, chegando ao ponto de se conviver com panes nas principais metrópoles do Brasil, deflagrando-se o fatídico “apagão elétrico”.

Com o atual “*upgrade*” econômico, tornou-se premente e urgente o investimento em grandes obras de infraestrutura básica, conforme prevê o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), entre elas as usinas hidrelétricas. Prova disto é a construção das termelétricas para se evitar prováveis “apagões”, até que se concluem as licenças, outorgas, autorizações e as próprias construções das usinas hidrelétricas.

O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem sua matriz energética amparada na hidroenergia e onde ainda há o que se explorar deste potencial. Enquanto os outros são obrigados a usar fontes de alto risco (nuclear) ou poluidoras (termoelétrica a carvão mineral), aqui, felizmente, a fonte é limpa, segura e eficaz.

---

<sup>1</sup> Professor de Política, Legislação e Gestão Florestal do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal (DEF/UFV). Viçosa, MG. valverde@ufv.br.

Ideologicamente o mundo seria melhor se não fosse preciso consumir energia ou se o consumo fosse em escala homeopática e que fossem utilizadas apenas a eólica, a solar e a biomassa, sem provocar dano sócio-ambiental. Mas no mundo real, numa sociedade de risco e de perigo que preza a prosperidade e busca sempre o conforto, tornou-se imprescindível que se invista cada vez mais em geração de energia em grande escala, tutelada em novos conceitos ambientais.

Além disso, nas relações globalizadas, o Brasil está se tornando o maior fornecedor de matérias primas semi-elaboradas como celulose, alumínio, aço, gusa, etc., que consomem barbaridade de energia no seu processamento. Isto tem colaborado para a construção de várias usinas hidrelétricas. Urge estarmos preparados para disciplinar estas construções no sentido de minimizar os prováveis impactos negativos sociais e ambientais. Certamente, nos casos em que o balanço sócioambiental for desfavorável, é preciso estar firme para negar a construção, porém de forma sensata, coerente e fundamentada, mas nunca generalizada e arbitrariamente, como tanto se vê por mero preconceito e ideologismo.

É inquestionável a complexidade das questões sociais e ambientais no contexto da construção das usinas hidrelétricas, o que não significa impedir ou dificultar sempre a realização destas obras. Nas condições em que o balanço for favorável, torna-se necessário aparelhar-se de inteligência, ousadia, cautela e criatividade para contornar prováveis impactos, mas jamais se apegar a temeridade do princípio da precaução para negar ou engessar a ponto de inviabilizar estas construções.

É certo e natural que se tenha exagerado no uso e exploração de alguns recursos e do próprio ambiente, mas nada que não seja irreparável ou irrecuperável a ponto de comprometer a qualidade de vida das futuras gerações. A tecnologia produtiva atual é cada vez mais sustentável. Porém, o

que não se justifica é proibir o uso dos recursos ambientais que estão disponíveis para a humanidade.

As pessoas são cada vez mais dependentes de energia para seu conforto. Apesar do avanço tecnológico em produzir aparelhos domésticos cada vez mais ecoeficientes eletricamente, ao contrário do que se pensa ou se deseja, o consumo de energia das famílias é sempre crescente. Poupa-se de um lado, mas gasta-se de outro. Por exemplo, quem antes não tinha sauna em casa, agora ou tem ou pensa em ter, dado que o gasto de energia caiu porque a geladeira nova é mais eficiente. Quem

instala um aquecedor solar para o chuveiro, economiza eletricidade no curto prazo, mas rapidamente retorna ao nível de gasto anterior ao adquirir um condicionador de ar.

Isto não significa que não se deva buscar alternativas mais ecoeficientes. Mas, tem que estar ciente de que a redução nos gastos das famílias pelo menor consumo de energia vai colocá-la num patamar superior, que a levará a gastar mais. É da natureza humana.

Desta forma, considerando inexorável construir novas barragens para esta e para as futuras gerações, o processo de licenciamento ambiental (LA) é de extrema utilidade para melhor gerenciar a construção, como também garantir uma maior vida útil destas barragens de modo a eliminar ou mitigar os impactos decorrentes.

No entanto, o que preocupa nos processos de LA, reforçando o apelo do Presidente Lula é sua utilização como instrumento de negação. Considerando a complexidade ambiental e a temeridade dos atores do Poder Público envolvidos na questão, que não querem se comprometer, dado que desconhecem tecnicamente sobre o assunto (promotores e juízes) ou que temem (técnicos dos órgãos ambientais) a pressão das pseudo ong's, tem se tornado cada vez mais burocrático o processo de LA. O fato é que o LA ficou refém do laicisismo que há na complexidade ambiental, vítima do catastrofismo sustentado pelo aparato ambientalista presunçoso e paquidérmico.

Preocupações à parte, devido ao histórico de uso dos recursos naturais e da complexidade envolta, é fundamental que se exponha a realidade, social e ambiental, caótica em que muitas regiões, com potencial para hospedar tais obras se encontram.

É necessário avaliar em que condições os impactos serão provocados no ambiente e na sociedade local. Nas regiões onde a agricultura é pujante e as comunidades têm um bem-estar social digno e naquelas onde o ambiente preserva as condições originais garantindo o equilíbrio ecológico, certamente o alagamento do reservatório irá provocar um balanço negativo nos impactos sociais e ambientais de modo significativo. Desta forma, o LA, por meio do EIA/RIMA, é peça fundamental para se autorizar uma obra de utilidade pública sem alternativa locacional, minimizar os danos ao ambiente e ao homem.

Por outro lado, em muitos locais onde o ambiente foi alterado e depauperado, como é o caso das regiões montanhosas de agricultura decadente, mas que tem potencial para a construção de muitas usinas, principalmente as PCHs, o que se espera

é que o impacto ambiental não seja tão significativo além do que já está antropizado, a ponto de justificar o retardamento e, muito menos, a proibição de tais obras.

Nestes e noutros locais, a comunidade pode até ser parcialmente prejudicada, mas isto não impede que sejam identificadas e maximizadas as oportunidades que elas teriam com a construção de reservatórios, como os empregos gerados e multiplicados pela obra (geração, transmissão e distribuição de energia e o desenvolvimento desencadeado). Além disso, há também os aspectos positivos oriundos dos represamentos como a navegabilidade, o turismo, a piscicultura, a irrigação e o lazer.

Muitas oportunidades são geradas para as comunidades rurais atingidas diretamente pelas barragens. Considerando que muitos proprietários tiveram que abandonar, total ou parcialmente, suas terras por não estarem mais capitalizados para investirem nelas e que muitos proprietários não tendo mais como mantê-las produtivas, encontram dificuldades de vendê-las, desta forma a solução acaba sendo a indenização pelo empreendimento hidrelétrico. O que mais tem são produtores orando para suas terras serem alagadas ou invadidas pelos "sem-terras" para serem indenizados.

Enfim, muitas destas oportunidades são hipocritamente cerceadas ou prejudicadas por uma conspiração de movimentos organizados, contrários ao desenvolvimento deste País e que se escondem atrás de ong's e pessoas dotadas de retóricas eloquentes capazes de manipular e doutrinar comunidades para se oporem a estas obras de utilidade pública. É a turma que prega a sustentabilidade da pobreza, dos outros, sem abdicar de seu conforto.

Assim, da forma como é crime à cidadania a submissão aos interesses do capital, também o é cercear as oportunidades que muitos teriam com os empreendimentos que o capital proporciona alegando prováveis impactos imprevistos. Chegam às raias do absurdo de alegar que não podem empreender porque no lugar há indícios aparentes da existência de um réptil em vias de ser ameaçado no local, ou coisas do gênero.

Nas condições em que o benefício coletivo dos projetos é inquestionável, o Poder Público precisa ser proativo para orientar os investidores e quem sabe até ser parceiro deles. Se insistirem em proibir a construção de hidrelétricas, pregando o princípio da precaução, preocupados com a sustentabilidade das futuras gerações, com certeza a herança que se dará a elas é escuridão. Pergunta-se então, o que será que as futuras gerações querem: um mundo primitivo nas trevas ou um ambiente

sustentado nas novas engenharias e tecnologias ambientalmente corretas e socialmente justas? De que adianta herdar um bosque e viver num breu se ela pode tê-lo e viver confortavelmente? Com certeza, ela irá nos repugnar se insistirmos nesta atitude medieval. Não há razão para esta paranóia de intocabilidade. Imaginem o juízo que a futura geração fará de nós ao saber que foi preterida a uma lagartixa.

*\* O conteúdo e as opiniões apresentadas nesse texto técnico são de inteira responsabilidade dos autores não representando, assim, a opinião da equipe do Centro de Inteligência em Florestas.*